

REPENSAR O FASCISMO¹

Ismael Saz CAMPOS

Tradução de: Alberto AGGIO²

A crise das grandes teorias

Desde o aparecimento deste, então, novo e inesperado fenômeno que foi o fascismo, políticos, ensaístas e historiadores, juntamente com politólogos e sociólogos, têm-se perguntado mais de uma vez acerca de qual era a *verdadeira* natureza desse recém-chegado à arena da política e da história. Suas conseqüências radicalmente destrutivas e o fato de que se constituíra até então no maior desafio à democracia liberal e ao sistema de valores que inspirou a Ilustração aguçaram o interesse de todos os protagonistas e *experts*. O resultado da Segunda Guerra Mundial e a imediata divisão do mundo em dois grandes blocos agregaram, à ânsia de saber, a ânsia de instrumentalizar o inimigo (comum) vencido como arma lançada no combate ideológico do pós-guerra.

Não se trata, por outro lado, de realizar aqui um acompanhamento das múltiplas aproximações, teorias ou interpretações de que tem sido objeto o fenômeno, por mais que uma história da historiografia do fascismo venha aparecendo quase como uma *subdisciplina* ne-

1 Publicado originalmente em catalão como *Repensar el feixisme*, em *Afers - Fulls de Recerca i Pensament*, n.25, 1966, p.443-71, com tradução do original feita por Vincent S. Olmos. A tradução para o português e de Alberto Aggio.

2 Departamento de História - Faculdade de História, Direito e Serviço Social - 14400-000 - Franca - SP

cessária.³ Nem sequer temos a intenção de descrever, mesmo minimamente, os traços fundamentais do que consideraremos como as três grandes correntes ou linhas de interpretação: a de matriz liberal, que deriva nas teorias do totalitarismo; a de origem radical-democrática, que vê modelados alguns de seus supostos fundamentais nas aproximações em chave de modernização (ou antimodernização) e a de inspiração marxista, sempre (ou quase) articulada em torno das noções de classe e dominação capitalista.⁴ O que nos interessa, na verdade, é detectar, considerando essas três grandes perspectivas, separadas ou em conjunto, seus acertos e erros fundamentais.

Da primeira, isto é, do esquema liberal-totalitário, se deveria sublinhar, num primeiro momento, sua ênfase no problema das massas, na era das massas ou na *sociedade de massas*. Como bons liberais e conservadores ante o desafio da democracia, muitos desses autores viram nas *massas* o inimigo fundamental dos equilíbrios e virtudes próprios do liberalismo *realmente existente*. Para alguns, essas massas tinham, por assim dizer, nomes e apelidos. Eram nacionalistas ou socialistas. Estavam integradas em partidos. Podiam ser identificadas com os operários ou com determinados extratos das classes médias. Em suma, a forte prevenção antidemocrática desses setores lhes ajudava, por assim dizer, a *centralizar o tiro*.⁵ Para outros, essas massas eram, simples-

3 Ver, especialmente, DE FELICE, R. *Le interpretazioni del fascismo*. Bari: Laterza, 1969; GREGOR, J. A. *Interpretations of Fascism*. Berkeley: University of California Press, 1974; WIPPERMANN, W. *Faschismustheorien*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1976; LARSEN, S. U., HATGTVET, B. e MYKLEBUST, J. P. *Who Were the Fascists. Social Roots of European Fascism*. Bergen: Universitetsforlaget, 1980.

4 Certamente, a redução da extraordinariamente variada literatura sobre o fascismo a somente três grandes linhas ou perspectivas é discutível. Tenha-se em conta, no entanto, que existem tantas *classificações de interpretações* como autores que se referem a elas. De nossa parte, temos buscado uma aproximação que seja ao mesmo tempo clarificadora e flexível, sem maiores pretensões que as relativas a esta exposição. Para tal fim, partimos das três interpretações definidas como "clássicas" por R. De Felice - a da "enfermidade moral", a relativa ao desenvolvimento histórico particular de alguns países e a que se refere à sociedade capitalista e à reação de classe - para relacioná-las com três dos grandes paradigmas historiográficos: o liberal, o marxista e o da modernização. Pretende-se, com isso, detectar alguns problemas fundamentais sem atribuir às linhas ou perspectivas de que falamos uma *existência* e, muito menos, uma unidade ou coerência que somente nós estaríamos projetando-lhes. Essa opção supõe, enfim, prescindir de algumas interpretações menores ou integráveis por outras mais amplas, e tratar de forma individualizada autores ou tendências que não guardam uma relação (pré)determinada com as grandes perspectivas aqui consideradas. Para uma *classificação* recente, que revela tanto a complexidade como a dificuldade do problema, ver PAYNE, S. G. *Historia del fascismo*. Barcelona: Planeta, 1995, p. 553-632.

5 Cf. MEINECKE, F. *La catastrofe della Germania*. Firenze: La Nuova Italia, 1948 (1946); RITTER, G. *Le origini storiche del nazionalsocialismo* in: *Nuove questioni di storia contemporanea*. Milano: Marzorati, 1968; KOHN, H. *Ideologie politiche del XX secolo*. Firenze: La Nuova Italia, 1964 (1949).

mente, amorfas, não respondiam a critérios de racionalidade política alguma e, se algo as caracterizava era, precisamente, seu não-reconhecimento nas divisões de classe (pre)existentes.⁶

Se algo parecia insustentável depois da Segunda Guerra Mundial era uma posição que expressasse algum tipo de receio à democracia, de modo que quem fosse desenvolver as teorias do totalitarismo poderia se beneficiar de alguns dos supostos fundamentais já expostos, alterando-os, porém, em aspectos substanciais. Em quais? No fundamental, tomava-se a sociedade de massas como suposto básico e, da mesma forma, a tendência à identificação dos regimes de massas – fascista e comunista. E se abandonava o que Kornhauser chamava de crítica aristocrática da sociedade de massas.⁷ Isto é, o problema das massas não seria mais o fato de que estas pressionavam as elites, mas que algumas elites, alheias ao sistema, pressionavam algumas massas desintegradas e *atomizadas* resultantes da desapareição das classes e alheias aos partidos.⁸

Em suma, conseguia-se assim que fascismo e comunismo pudessem aparecer como aspectos de um mesmo processo ou fenômeno; ao mesmo tempo, reivindicava-se a democracia liberal, situando-a, por definição, nas antípodas daqueles. Mas isso ao custo de que as *massas* perdessem seu rosto, e, com elas, as novas elites. Por esse ou por outros caminhos se chegava, assim, à estilização do modelo: não importavam os objetivos políticos e sociais, somente que houvesse um partido; não importava a ideologia, somente que houvesse uma; não importavam as classes, somente que houvesse massas mobilizáveis e mobilizadas.⁹

Vejamos agora os enfoques a partir da perspectiva da modernização em algumas de suas variantes. O problema básico aqui é o da *etapa*

6 Cf. GREGOR, J. A., op. cit., p.79 e ss., que cita J. Ortega y Gasset e E. Lederer entre os principais expoentes da interpretação do fascismo anterior à guerra em termos de ascensão de massas amorfas. Ver, no entanto, nota seguinte.

7 Burchardt, Le Bon, Ortega e Manheim representariam essa concepção "aristocrática", enquanto E. Lederer e H. Arendt estariam já entre os críticos "democráticos". Cf. KORNHAUSER, W. *Aspectos políticos de la sociedad de masas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1969 (1959), p.19-20.

8 Ibidem; LEDERER, E. *State of Masses*. New York: Howard Fertig, 1967 (1940); ARENDT, H. *The Origins of Totalitarianism*. New York: Harcourt Brace and World Co., 1951.

9 Como se sabe, tal é a base do modelo elaborado por Friedrich e Brzezinski, com suas seis características definidoras: uma ideologia revolucionária que abraçava tudo; um partido de massas; uma polícia terrorista, o monopólio das comunicações, o monopólio das forças armadas e uma economia dirigida centralizadamente. FRIEDRICH, C. J., BRZEZINSKI, Z. *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1956. Para uma reformulação mais recente do modelo, LINZ, J. J. *Totalitarian and Authoritarian Regimes*, in: GREENSTEIN, F. I., POLSBY, N. (Ed.). *Handbook of Political Science*. v.3, Reading, Mass.: Addison-Wesley Pub. Co., 1975, p.175-411.

econômica, na linha de Rostow-Organsky;¹⁰ o das disfunções entre o desenvolvimento econômico e o sociopolítico em uma linha que poderíamos identificar em B. Moore, R. Dahrendorf, H. U. Wehler e J. Kocka, entre muitos outros. No primeiro caso, temos um determinismo economicista com o qual nem sequer o pior marxismo havia chegado a sonhar: o estágio ou a etapa de desenvolvimento o define integralmente; nele, todos – as elites e as classes subordinadas – comportam-se como se *deve*; e, posto que todos se comportam como se deve, a ideologia e as cristalizações políticas dos processos aparecem, de maneira relativa ou absoluta, como irrelevantes. Exemplificando, a Alemanha não poderia ser fascista porque já estava industrializada; mas a Itália e a Espanha sim, porque estavam na fase de transição para uma sociedade industrializada. Outras sociedades, do Terceiro Mundo, por exemplo, poderiam passar mais tarde por uma etapa similar, até mesmo depois que as *modas políticas* tivessem passado. Mas não haveria com o que se preocupar: para isso, estariam os regimes e políticas *sincreticos*, dos quais o fascismo havia sido uma primeira concretização.¹¹ Fase de desenvolvimento, sincretismo e todo o mundo cumprindo a sua função, estes eram os fatores determinantes. Nem as massas nem a ideologia tinham, pois, nada a dizer.

Algo parecido iria acontecer, em última instância, com a muito mais elaborada e fecunda linha de interpretação baseada nas contradições sociais e políticas que acompanham o desenvolvimento econômico. O argumento é tão sólido como conhecido e vincula-se claramente à tradição radical-democrática: existe uma falta de modernidade sociopolítica derivada quase sempre da ausência de uma *revolução burguesa*, que determina a preponderância de elites ou classes pré-industriais, com uma grande capacidade tanto para influenciar a burguesia – que se *feudaliza* – como as massas *manipuláveis* e *manipuladas*. Aqui já não temos o insustentável determinismo economicista da aproximação anterior; mas sim, outra vez, o indiscutível predomínio das *estruturas*, a passividade das massas e a *relativa irrelevância da ideologia*.¹² Os fascistas, com efeito, viriam a cumprir uma

10 ROSTOW, W. W. *Las etapas del crecimiento económico*. México: FCE, 1961; ORGANSKI, A. F. K. *Stages of Political Development*. New York: Knopf, 1965.

11 ORGANSKI, A. F. K. op. cit.; do mesmo autor, *Fascism and modernization*, in: WOLF, S. J. (Org.). *The Nature of Fascism*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1968, p.19-41.

12 BARRINGTON MOORE JR. *Los orígenes sociales de la dictadura y la democracia*. Barcelona: Peninsula, 1973 (1967); DAHRENDORF, R. *Gesellschaft und Demokratie in Deutschland*. München: R. Piper and Co. Verlag, 1965; WEHLER, H. U. *Das Deutsche Kaiserreich, 1871-1918*. Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 1973. Não se trata, uma vez mais, de reproduzir aqui os traços

função que a história e o desenvolvimento das estruturas lhes haviam designado quase de antemão. Que importância poderia ter o que os fascistas eram ou o que os fascistas pensavam se, no fundamental, não faziam outra coisa senão vincularem-se às clássicas e poderosas forças reacionárias de sempre?

Se observamos, de outro lado, os múltiplos e complexos enfoques marxistas, veremos como os problemas são similares. Aqui, o problema básico é o desenvolvimento do capitalismo e suas contradições. O fascismo foi visto, com efeito, num primeiro momento, como a *ante-sala da última ante-sala*. O capitalismo, em sua última fase, a imperialista, amadureceu até quase a *podridão*,¹³ havendo sido a última ante-sala da revolução socialista. Mas, nessa dinâmica, havia encontrado uma última linha de defesa, o *fascismo*. Contudo, não havia com o que se preocupar.

fundamentais das obras citadas, nem de desconhecer, por isso, a complexidade dos enfoques ou as diferenças que os separam. Pretende-se, simplesmente, assinalar a centralidade do problema da *revolução-que-não-foi* e a facilidade com que tudo isso deriva até um superdimensionamento do que vem de trás e de cima. Este é também o nexo de união – não de identificação – com a velha interpretação “radical”, a qual se remontava freqüentemente a tempos muito mais longínquos em sua busca dos pesos das distintas histórias nacionais. Cf. VERMEIL, E. *Doctrinaires de la Révolution Allemande 1919-1938*. Paris: Nouvelles éditions latines, 1939; MAC GOVERN, W. M. *From Luther to Hitler: the History of Fascist-Nazi Politic Philosophy*. New York: MAS Press, 1973 (1941). Na Itália, em particular, as formulações de P. Gobetti, C. Rosselli ou G. Fortunato, por um lado, e a tese gramsciana da *revolução passiva*, de outro, influenciaram decisivamente uma geração de historiadores cujas teses podem considerar-se relativamente próximas das da teoria alemã do *sonderweg*, N. Tranfaglia, G. Quazza, G. Candeloro etc. Cf. para todos, *L'Italia unita nella storiografia del secondo dopoguerra*. A cura di N. Tranfaglia. Milão: Feltrinelli, 1980, e *Fascismo e società italiana*. A cura di Guido Quazza. Torino: Einaudi, 1973. A respeito de Gramsci, ver, por outro lado, mais adiante, p.9. A referência a este último indica já claramente que não há nada de intrinsecamente antimarxista neste tipo de aproximação, entre outras coisas, porque já Marx e Engels fizeram algumas formulações a esse respeito. Ver EVANS, R. *El mito de la revolución ausente en Alemania*. In: *Zona Abierta*. outubro/dezembro, 1989, p.79-118. Por outro lado, vale a pena incidir na facilidade de certo marxismo para combinar, em sua análise, o mais atrasado passado feudal com as últimas inovações do capital financeiro. Lukács, por exemplo, fazia-o com perfeição, atribuindo, além do mais, ao conjunto, sua correspondente evolução ideológica. LUKÁCS, G. *El asalto a la razón*. Barcelona: Grijalbo, 1967 (1953), p.69.

- 13 Note-se aqui a existência de um nexo que permite explicar algumas das aludidas convergências entre o marxismo do capital financeiro e aqueles que aludem às persistências do Antigo Regime. Antagônicas como são em sua formulação, o Lenin de *El imperialismo, fase superior del capitalismo* e o Schumpeter de *Imperialismo y clases sociales* coincidiam em uma visão idealizada do capitalismo de livre competência, assim como em seu afã por responsabilizar o *monopolismo*; mesmo que um lhe atribuísse o mal da sentilidade e o outro o contágio da infância. Conseqüentemente, alguns dos que se inspiraram nas teorias de um e outro tenderam a rastrear, também, as causas últimas do fascismo em tais *males*. O curioso do caso é que os próprios fascistas denotavam uma mesma idealização e inimigos parecidos, quando arremetiam contra o capitalismo não produtivo e parasitário. Digamos isso para recordar, em qualquer caso, que o famoso anticapitalismo fascista não se inspirava, ou pelo menos não necessariamente, em critérios pré-modernos.

No final, o fascismo salvava o capitalismo, mas ao mesmo tempo o corrompia cada vez mais, ou seja, aproximava o momento da revolução socialista.

Certamente, este enfoque *leninista* iria se diluir nas transformações políticas dos anos 20 e 30, mas não suas conclusões. O fascismo era, e continuava sendo, reação burguesa e ditadura do grande capital. Mas ao marxismo se apresentava um problema. O grande capital não é, precisamente, um fenômeno de massas, e muito menos se aquele se reduz posteriormente a apenas o capital financeiro.¹⁴ E os marxistas são perfeitamente conscientes de que o fascismo é um fenômeno de massas, *regime reacionário de massa*, como Togliatti irá qualificá-lo.¹⁵ Como solucionar a contradição? Simplesmente, negando-a, como na definição dimitroviana, apoiada na teoria do *agente* (fascista) do grande capital entre as massas e de acordo com a teoria *bonapartista* da pequena burguesia exercendo o poder político para que o grande capital possa seguir exercendo o econômico.

Mas, o determinante, em todo momento, é a fase do desenvolvimento capitalista – como em Organsky – e a *função social* da ditadura. Para tanto, as *qualidades* do agente (fascista) serão relativamente irrelevantes, assim como sua ideologia (porque poderá ser católica, reacionária, tradicional etc.) e o *próprio agente*, uma vez que tal agente é *substituível* (pelos militares no exercício da violência, pela Igreja como fonte de legitimação).¹⁶

Não se pode dizer, exatamente, o mesmo da teoria do bonapartismo. De certo modo, a solução do problema pode ser similar ao caso anterior: é relativamente indiferente *quem seja e o que pense* o Bonaparte de plantão, a pequena burguesia, um general, um líder mais ou menos populista... Todavia, a consideração da existência de um *fator independente* abria, entre os autores marxistas e não-marxistas que assumiam esta perspectiva, a possibilidade de se aprofundarem no estudo deste *personagem*. E não faz mal dizer que alguns dos autores marxistas do período de entreguerras que adotaram esta linha – como O. Bauer e,

14 Nem sequer o capital financeiro, e sim somente alguns setores do mesmo. Conferir a clássica caracterização de Dimitrov, no VII Congresso da Internacional Comunista, como “ditadura terrorista aberta dos setores mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro”. DIMITROV, G. *Obras escogidas*. Tomo 1, Madrid: Akal, 1977, p.579.

15 TOGLIATTI, P. *Lezioni sul fascismo*. Roma: Riuniti, 1970.

16 Para uma aproximação com as análises marxistas do fascismo no período de entreguerras, ver BEETHAM, D. *Marxism in Face of Fascism*. Totowa, N.J: Barnes and Noble Books, 1984. Mais focalizado, temática e cronologicamente, NATOLI, C. *La Terza Internazionale e il fascismo, 1919-1923*. Roma: Riuniti, 1982.

sobretudo, A. Gramsci – proporcionaram fecundas chaves explicativas do fenômeno fascista.¹⁷

Como apontava G. Eley, conhecemos muito melhor as teorias que não funcionam que aquelas que funcionam.¹⁸ Mas o que é que não funciona? Ou, mais exatamente, pode ser localizado um mínimo denominador comum do não funcionamento das grandes teorias? Do meu ponto de vista, sim. Substancialmente, o seguinte: em todas elas nos encontramos com massas manipuladas por elites que podem ser formadas por *outsiders*, pelas classes dominantes tradicionais *pré-capitalistas*, pelos mais modernos *capitalistas*, ou por qualquer combinação das três. Em todos os casos, também, a ideologia dessas massas e do partido que as manipula, instrumentaliza ou domina é, em última instância, irrelevante.

Se algo deveria nos surpreender em tudo isso, de correntes que se caracterizam, em todo caso, por sua defesa da democracia – liberal ou não – é que resulta ser, no mínimo, *paradoxal* que tentem apresentar como irrelevante, ou melhor, secundária, a qualidade dessas massas; que tipo de *sujeitos* as formavam, o que pensavam ou sentiam, quais eram seus interesses e objetivos, quais seus cálculos e – eventualmente – racionalidade.

É, em última instância, a *rigidez* dos supostos metodológicos que estão na base dessas grandes teorias, o que as impedem de funcionar. De um lado, porque estão baseadas em uma aproximação essencialmente negativa: para uns, o que *não* é democracia liberal é totalitarismo ou está a meio caminho – autoritarismo – dele; para outros, o que está *contra* o movimento operário organizado é reação capitalista; o que *não* responde aos critérios (pré)definidos da modernidade é peso do passado, para os terceiros. E, de outro lado, porque se toma a parte, a fixação histórica do fenômeno – etapa econômica, fase do capitalismo, era das massas – pelo todo explicativo.

17 O primeiro a formular a tese bonapartista foi A. Talheimer. Essa primeira exposição e a mais elaborada de O. Bauer podem ser vistas em *Fascismo y capitalismo*, Barcelona: Martínez Roca, 1972, p.23-42 e 150-75, respectivamente. Mais complexa, e às vezes contraditória, era a relação que estabelecia L. Trotsky entre fascismo e bonapartismo. Cf. RAPONE, L. *Trotsky e il fascismo*, Bari: Laterza, 1978, também WISTRICH, R. S. *Leon trotsky's theory of fascism*, JCH, 11. (1976), p.157-84. A respeito de Gramsci e do cesarismo, ver sua *Note sul Machiavelli*, Roma: Riuniti, 1977, p.61-74.

18 ELEY, G. *What produces fascism: pre-industrial traditions or A crisis of the capitalist state* (1983); agora, do mesmo autor, *From Unification to Nazism*. London: Allen and Unwin, 1986, p.255.

Certamente se poderia argumentar que esta é uma linha de crítica fácil, que reduz a complexidade das análises a sua caricatura. Algo disso realmente há. Entendo, no entanto, que praticamente a totalidade dos trabalhos que tendem a enriquecer esse tipo de aproximações trabalham, ao mesmo tempo, para sua decomposição. Pode-se, é claro, ingressar nos distintos enfoques da modernização das classes concretas, das elites concretas, das ideologias concretas. Mas em tais casos, ou bem os novos fatores explicativos anulam o elemento forte do modelo ou não superam o indisponível limite da etapa.¹⁹ Pode-se, de outro lado, reduzir o peso do passado pré-burguês, mas em tal caso a *grande peculiaridade* de uma sociedade acaba reduzida a uma peculiaridade, entre outras, fundamental, por suposto, mas já não determinante.²⁰ Algo similar pode ser dito a respeito do modelo de totalitarismo, cujo próprio núcleo se dissolve tão prontamente se reintroduzem nele as noções de ideologia, classe, função social, sistema econômico ou estruturas da personalidade.²¹ No que diz respeito ao marxismo, enfim, a melhor das linhas históricas de superação, a cesarista-bonapartista, não consegue transcender o limite da função social e o faz perder especificidade ao projetá-lo a um momento histórico indefinido, que tanto pode ser o século XIX como o XX; que tanto pode ser o próprio Napoleão – I ou III – como Bismarck ou Hitler.²²

19 J. A. Gregor, por exemplo, consegue encontrar finalmente uma ideologia coerente com a modernização totalitária-fascista; mas o fará para a vincular às experiências soviética e maoista, entre outras, e não tanto à experiência alemã, que, por ser pós-industrial, seria produto de muitas circunstâncias não usuais. Cf. *Italian Fascism and Developmental Dictatorship*. Princeton: University Press, 1979.

20 Cf. KOCKA, J. German history before Hitler: The debate about the German Sonderweg. *JCH*, 23, p.3-16, 1988.

21 Assim, por exemplo, o aprofundamento de J. Talmon nas origens ideológicas do totalitarismo o conduzia a penetrar em sua diferenciação entre os totalitarismos de esquerda e o de direita. Cf. *The Origins of Totalitarian Democracy*. London: Secker and Warburg, 1952. A partir de uma perspectiva diferente, F. Neumann chegou a assumir o conceito de totalitarismo somente para precisar em seguida a necessidade de diferenciar as distintas ditaduras em função dos critérios apontados. Cf. *The Democratic and the Authoritarian State*, New York: The Free Press, 1957. Também FURET, F. *El pasado de una ilusión*. Ensayo sobre la idea comunista en el siglo XX. Madrid: FCE, 1995, reconhece os elementos diferenciais das ideologias nazista e comunista, mas não há muito de inovador nisso: no fundamental, retroage a elementos já considerados por Meinecke, Ritter... (Ver nota n.3).

22 Como se sabe, o conceito foi cunhado por Marx em relação ao golpe de Estado de Luis Bonaparte e prontamente utilizado por ele mesmo e por Engels para referir-se a Bismarck. O que faziam os fundadores do marxismo ao proceder desse modo era transcender a eventual aplicação mecânica do materialismo histórico. Em lugar de adotar essa disposição, os marxistas posteriores se encontraram não com uma, mas com duas fórmulas – a ditadura de classe e a bonapartista – aplicáveis a todo tipo de ditadura contemporânea. Por acaso, não foi má idéia que os marxistas fizessem eco no século XX, a respeito do bonapartismo, da crítica de Marx, e no século XIX, ao anacrônico tópicos do cesarismo. Conferir o prólogo à segunda edição (1869) de *El 18 Brumario de Luis Bonaparte*, Barcelona: Ariel, 1968, p.7.

Em resumo, creio que poderíamos sintetizar a crítica às grandes teorias e localizar, ao mesmo tempo, a causa de seu não-funcionamento no desconhecimento do *sujeito fascista*, já que o *sujeito real* estaria em outro lugar – nas distintas elites. E se não há sujeito não há – não é inerente ao modelo – ideologia; pois, em última instância, esta havia sido criada para enganar, seduzir, manipular, controlar... as massas. Logo, seria irrelevante o *material* com o qual o *engano* foi construído.

De outra maneira, posto que tudo é manipulação ou equívoco das massas e estas se comportam de modo irracional – fazem o que não devem, mobilizam-se contra seus próprios interesses... – ninguém é responsável. Somente um pequeno *toque*, pré-industrial, grão-capitalista ou marginal, que seja. Não é de estranhar, portanto, que florescera em seu momento uma teoria específica encaminhada a localizar as bases psicológicas de tão irracional comportamento.²³

Como se verá mais adiante, estas reflexões não querem negar, em absoluto, que em todas e em cada uma das aproximações consideradas houvesse ganhos importantes e, inclusive, imprescindíveis – o problema com o fascismo tem consistido sempre na extrapolação das análises parciais corretas. Mas, no momento, vale a pena recordar outra característica comum das teorias consideradas, sua funcionalidade política.

Funcionalidade política, com efeito, muito além de seus méritos intrínsecos, no contexto dos grandes enfrentamentos e problemas de legitimação dos diversos regimes de pós-guerra. O problema se delinea, agora, quando se quer revitalizar o caráter funcional de algumas delas. Não creio, por exemplo, que o recente livro de F. Furet constitua um simples desquite ante os intelectuais marxistas ou seja fruto de um ataque de anticomunismo retrospectivo.²⁴ Muito pelo contrário, o que está na mira, com ou sem razão, é o *imaginário coletivo da esquerda* e, significadamente, a cultura antifascista. Furet não acrescenta um só argumento ao que já sabíamos sobre o totalitarismo nazi-soviético; e o que é absolutamente revelador: reconhece que não se tem avançado um milímetro em relação a C. Friedrich.²⁵ No entanto, se considerarmos

23 Referimo-nos, basicamente, às contribuições de E. Fromm – *El miedo a la libertad*. Buenos Aires: Paidós, 1973 (1942) – e W. Reich. *Psicología de masas del fascismo*, Barcelona: Bruguera, 1980 (1933). Para uma recente integração em um marco mais amplo de alguns elementos deste enfoque, ver GRIFFIN, R. *The Nature of Fascism*, London: Routledge, 1993 (1991).

24 FURET, F., op. cit.

25 “Como o disse Friedrich: ‘As sociedades totalitárias são fundamentalmente comparáveis e cada uma delas é historicamente única. Por que são o que são? Não o sabemos’..” Ibidem, p. 497.

a obra de Furet em relação a de Nolte, a da *Historikerstreit*²⁶ e o De Felice de *Rosso e Nero*,²⁷ a nova funcionalidade de um dos velhos clichês aparece em toda a sua magnitude.

Tal funcionalidade está apoiada, fundamentalmente, na recuperação da *pátria* e de um sadio nacionalismo, o qual, ao aparecer, tem se convertido em uma necessidade para contrabalançar as tendências desagregadoras da sociedade atual. Certamente, reconhece-se que a velha direita de entreguerras cometeu sérios erros e não foi o menor o de juntar-se com os indesejáveis fascistas. Mas esse erro estaria, em parte, justificado pela não menor indesejabilidade dos outros (bolcheviques): deixemos pois que regressem algumas coisas daquela velha direita despojada de seus erros – o sadio patriotismo e os bons valores burgueses – e recordemos quem foram os amigos dos *outros* indesejáveis.²⁸ Não é necessário, com efeito, erigir um monumento à Resistência italiana para concordar que, para além de seus eventuais acertos, De Felice termina por apresentar uma imagem na qual, enquanto um fio de patriotismo continua pendendo de alguns fascistas, poucos (quicá algum) o fazem dos comunistas.²⁹

De toda forma, tudo isso tem algo de paradoxal. Se existe alguém que, de algum modo, está na defensiva neste momento é a esquerda, de praticamente todos os pontos de vista – inclusive, com exceções, do historiográfico. Daí a funcionalidade política dessa nova onda conservadora e também o caráter sumamente tranquilizador-conformista do seu discurso: se a sociedade moderna somente engendrou monstros no mundo das idéias, bastará estar atento, por um lado, a este mundo, composto, no geral, de preconceitos antiburgueses e esperanças utó-

26 NOLTE, E. *La guerra civil europea, 1917-1945*. Nacionalsocialismo y bolchevismo. Mexico: FCE, 1994 (1987); idem., *Después del comunismo*. Aportaciones a la interpretación de la historia del siglo XX. Barcelona: Ariel, 1995 (1991). Para uma visão de conjunto da *Historikerstreit*, ver MAIER, C. S. *The Unmasterable Past*. History, Holocaust, and German National Identity. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1988; e ELEY, G. Nazism, politics and the images of the past: Thoughts on the West German *Historikerstreit*, 1986-1987. In: *Past and Present*, v.121, p. 171-208, 1988.

27 DE FELICE, R. *Rosso e Nero*. A cura di Pasquale Chessa, Milano: Baldini e Castoldi, 1995.

28 Ver, a título de exemplo, a surpreendente confrontação de Nolte entre um hipotético "antibolchevismo limpo", que poderia haver antecipado em cinquenta anos uma situação de operação Iraque e o nada limpo antibolchevismo dos nazistas. *Después del...*, op. cit., p.28. Ainda é Furet, juntamente com De Felice, quem mais claramente situa o *antifascismo* na alça de mira.

29 O correto seria, por exemplo – se é que o seria –, que se descobrissem motivos patrióticos em Mussolini, Gentile e Borghese de Salò. Contraste-se tudo isso, no entanto, com a seguinte afirmação: "Il PCI di Togliatti è sempre stato un partito stalinista, né rivoluzionario né riformista, parte del sistema di potere mondiale dell'URSS". *Rosso...*, op. cit., p.73 e 109-33.

picas,³⁰ ou, por outro, resgatar os velhos e bons antidotos – nenhum melhor que um sadio patriotismo e uma boa história nacional³¹ – para evitar novas catástrofes. Não é este o lugar para se discutir os fundamentos desses postulados. Mas sim para assinalar que as oportunidades abertas pelo fim da guerra fria estão se eclipsando diante do novo impulso das funcionalidades presentistas. Nesse caso concreto, temos de lamentar que não se tenha aprofundado o que havia de potencialidade explicativa no modelo de totalitarismo em relação às evidentes similitudes das experiências nazista e soviética.³²

A renovação dos estudos: um processo de demolição

Assinalar a funcionalidade política de algumas revisões historiográficas não deve conduzir a uma redução das segundas à primeira. Em primeiro lugar, porque não seria metodologicamente correto.³³

30 Aqui, cria raízes uma diferença nada desprezível entre as teses de Nolte e de Furet. O primeiro, sob todas as suas extrapolações, não perde de vista o que havia de burguês e de reação burguesa – no sentido mais lato da palavra *burguesa* – no fascismo. Cf. *La guerra civil...*, p.484-91. Nolte, portanto, não renuncia à sua velha tese do fascismo como resistência à transcendência, somente extrapola até extremos inadmissíveis o que aquela tinha de fixação reducionista na alma reacionária do fascismo. Mas consegue algo pelo caminho: assim como sua velha tese lhe ancorava no paradigma do fascismo ante o do totalitarismo, sua extrapolação lhe permite estender os pontos necessários a este último. Cf. *La guerra civil...* op. cit., p.484-91, assim como sua obra clássica, *El fascismo en su época*. Barcelona: Península, 1967 (1963). Furet parte da extrapolação inversa: converte o utopismo antiburguês, antidinheiro e antiparlamentar no *Deus ex machina* de toda a sua construção. Conseqüentemente, a fundamentação totalitária acaba remetida ao reino das idéias – a da revolução, resumida ao nexo comum entre fascismo e bochevismo; e o que em Nolte era aproximação por rivalidade de dois inimigos irreconciliáveis, reduz-se a simples *cumplicidad conflictiva*.

31 Cf. ELEY, G. Nazism, politics..., op. cit.

32 De algo serve, a respeito, o trabalho de Nolte, uma vez que alude, por meio da “troca de atributos”, à bolchevização do nazismo e à nacionalização do comunismo, ainda que a explicação que oferece resulte insuficiente por completo. Menos espaço a respeito deixa, todavia, Furet com sua explicação *genética*, ou quase, das semelhanças entre ambos os fenômenos. Mais ainda, quando o historiador francês arremete com força contra os *funcionalistas* e *estruturalistas* de todas as classes, os mais bem situados, provavelmente, para aprofundar na análise comparada de ambos os regimes. Referimo-nos – refere-se Furet – a H. Mommsen e M. Broszat em relação à Alemanha ou a Lewin ou Cohen a respeito da URSS; Cf. *El pasado de una...*, p.220 e 562-63. Com respeito aos funcionalistas alemães, ver mais adiante nota n.61; a respeito da URSS, os artigos de S. F. Cohen – De la revolución al estalinismo. Problemas de interpretación – e M. Lewin – La dimensión rural de la historia rusa desde el zarismo hasta Stalin – In: *Debats*, n.34, dezembro de 1990, p.98-115. Não seria exagero recordar neste sentido, enfim, que alguns dos elementos explicativos desenvolvidos no clássico trabalho de H. Arendt – precisamente os que ajudam a problemas *estruturais* – levou-os o vento taxonômico-ideológico da guerra fria.

33 Na *querrela dos historiadores alemães*, essa é uma crítica recorrente em ambos os campos. Ver, por um lado, o artigo aqui recolhido de G. Eley e, por outro, o já citado trabalho de E. Nolte. *Después del...* op. cit., p.183 e ss.

E, em segundo, porque, como é perfeitamente sabido, o eventual alinhamento político não inibe, necessariamente, muito ao contrário, a renovação historiográfica. Não é fácil, no entanto, estabelecer uma relação entre a crise dos grandes paradigmas historiográficos e a paralela evolução dos estudos sobre o fascismo. Nem tampouco reconstruir a relação entre aquela crise e as grandes mudanças experimentadas pela sociedade – por todas as sociedades do mundo – na última metade do século: descolonização; extraordinário desenvolvimento econômico; *revoluções* de 68; crise dos anos 70; revoluções de 89... Basta salientarmos que alguns elementos fundamentais dessa evolução que apontamos *coincidem* com a dinâmica geral dos estudos sobre o fascismo em vários pontos, os quais poderiam ser sintetizados, talvez forçando um pouco, naquilo que assinalamos em nossa crítica anterior: o redescobrimento do sujeito fascista, da cultura, da ideologia e das massas com rosto.

Dessa forma, E. Nolte (o primeiro Nolte), contribuiu, há algum tempo, no reposicionamento do problema das origens ideológicas do fascismo, propiciando também uma nova avalanche de estudos sobre o fenômeno.³⁴ Pouco depois, R. De Felice reconhecia alguns perfis sociais e ideológicos *positivos* – nos dois sentidos da expressão – a um movimento fascista pensado *analiticamente* separado do próprio regime fascista.³⁵ Além disso, introduzia, melhor ou pior, uma problemática, a do consenso, que constituiria um palanque fundamental dos estudos; por mais que o próprio conceito nos pareça hoje excessivamente limitado.³⁶ No mesmo momento, os estudos de G. L. Mosse sobre a cultura alemã abriam uma brecha que iria resultar determinante nos estudos posteriores: a importância da estética, da religião civil, do pensamento mítico, enfim, colocavam em pendência o problema crucial da nacionalização das massas.³⁷ Sempre interessado no problema das origens ideológicas do fascismo, E. Gentile seguia boa parte do caminho traçado por Mosse, enfatizando a importância do pensamento mítico e da religião política na Itália fascista.³⁸

34 NOLTE, E. *El fascismo en su época*, op. cit.; também *La crisis del sistema liberal y los movimientos fascistas*. Barcelona: Península, 1971 (1968).

35 DE FELICE, R. *Intervista sul fascismo*. A cura di M. A. Ledeen. Bari: Laterza, 1975.

36 _____. *Mussolini il duce. Gli anni del consenso, 1929-1936*. Torino: Einaudi, 1974.

37 *The Crisis of German Ideology*. New York: Grosset and Dunlop, 1968; *The Nationalization of the Masses. Political Symbolism and Mass Movements in Germany from the Napoleonic Wars Through the Third Reich*. New York: Howard Fertig, 1974; *Masses and Man. Nationalist and Fascist Perceptions of Reality*. New York: Howard Fertig, 1980.

38 *Le origini dell'ideologia fascista (1918-1925)*. Bari: Laterza, 1975; *Il mito dello stato nuovo dall'antigiolitismo al fascismo*. Bari: Laterza, 1982; *Il culto del littorio*. Bari: Laterza, 1993.

A partir de perspectivas diferentes, mas em parte comuns, dois autores, J. A. Gregor e Z. Sternhell, indagaram sobre as origens ideológicas – na esquerda – do fascismo. O primeiro, para encontrar uma mais que duvidosa continuidade entre o marxismo revisionista dos primeiros sindicalistas revolucionários e a própria e verdadeira experiência fascista.³⁹ O segundo, para localizar, na França, a primeira ideologia fascista, anterior até mesmo à Grande Guerra, e fruto de uma peculiar síntese entre uma revisão do marxismo e um novo nacionalismo tribal.⁴⁰ Muito discutido, em relação a seu método e conclusões, o historiador israelense teve, ao menos, o mérito de restituir a devida importância à grande crise ou revolução cultural da virada de século.⁴¹

Com os dois autores citados por último, o fascismo ganhava ideologicamente em profundidade, ao mesmo tempo em que perdia em generalidade. Por razões diversas, com efeito, Gregor e Sternhell coincidiam em deslindar a experiência fascista da nazista. Não é o caso de outros estudiosos da ideologia fascista, que muito recentemente têm desenvolvido modelos que, sem ocultar as diferenças, incidem naqueles fortes elementos que permitem sua introdução no mesmo marco conceitual. É o caso do refinado e complexo modelo de R. Griffin, com sua caracterização da ideologia fascista como uma forma palingenética de ultranacionalismo populista;⁴² ou o de R. Eatwell, que, de modo similar a Sternhell, descobre no fascismo uma radical síntese – nacional-holista – de elementos provenientes da esquerda e da direita, mesmo que, para ele, o racismo nazista se veja expulso do modelo.⁴³ Numa direção em parte coincidente, deve-se recordar a incidência de P. Burrin na centralidade do objetivo fascista da comunidade nacional harmônica, hierárquica e conquistadora.⁴⁴ Tudo aquilo que contribui para recriar

39 GREGOR, J. A. *Italian Fascism and Developmental Dictatorship*, op. cit.; *Young Mussolini and the Intellectual Origins of Fascism*. Berkeley: University of California Press, 1979.

40 MAURICE BARRÉS et le Nationalisme français. Paris: Colin, 1972; *La droite révolutionnaire, 1885-1914. Les origines françaises du fascisme*. Paris: Seuil, 1978; *Ni droite ni gauche. L'idéologie fasciste en France*. Paris: Seuil, 1983. Mais recente, e transcendendo a problemática especificamente francesa, STERNHELL, Z., SZNAJDER, M., ASHERI, M. *El nacimiento de la ideología fascista*. Madrid: Siglo XXI, 1994.

41 Para uma visão de conjunto do debate gerado pelo terceiro dos livros mais acima citados, cf. WOHL, R. *French fascism, both right and left: Reflections on the sternhell controversy*. In: *Journal of Modern History*, n.63, março, 1991, p.91-98. Para uma convincente visão alternativa à de Sternhell sobre o fascismo francês, ver BURRIN, P. *La dérive fasciste*. Doriot, Déat, Bergery, 1933-1945. Paris: Seuil, 1986.

42 GRIFFIN, R. *The Nature of Fascism*, op. cit.

43 EATWELL, R. *Fascism. A History*. London: Chatto and Windus, 1995.

44 BURRIN, P. *La dérive...*, op. cit.

um elemento forte de consenso entre quem encontra, na efetiva existência de uma ideologia fascista, um núcleo central que supera as, de todo modo, relevantes diferenças entre fascismo e nazismo.⁴⁵

Paralelamente ao processo de devolução da voz ao sujeito fascista, desenvolvia-se o processo investigativo que iria deslindar sua identidade dos eternos acompanhantes que sempre haviam contribuído para negá-la: as classes dominantes do passado – pré-industriais – e as do presente – grande capital, capitalismo monopolista... Na primeira suposição, a tese do *sonderweg*, ou, mais amplamente, da(s) revolução(ões) burguesa(s) falhada(s) – como na Itália ou Espanha, por exemplo –, era submetida a um implacável assalto pelas distintas historiografias.⁴⁶ Em relação à Alemanha, foram alguns marxistas britânicos – D. Blackbourn e G. Eley, especialmente – que pulverizaram a velha querela da modernidade da sociedade alemã, pondo em questão o já clássico pressuposto da não-revolução burguesa, para rediscutir ao mesmo tempo o próprio conceito marxista de revolução.⁴⁷ Na Itália, o mesmo acontecia com respeito à velha tese gramsciana de *revolução passiva*.⁴⁸ Não deixa de ser paradoxal, nesse sentido, que o redescobrimento de Gramsci no mundo anglo-saxônico contribuiu para o questionamento, a respeito da Alemanha, de teses aparentemente similares às defendidas por Gramsci para a Itália. Paradoxo que desaparece, no entanto, se considerarmos que uma parte das teses de Gramsci seguia a salvo na Itália e coincidia, por sua vez, com o que sustentavam os *neomarxistas* britânicos. A saber, o problema da debilidade política *nacional* da burguesia e seu déficit hegemônico.⁴⁹ Não seria demais recordar, enfim, que essa problemática está muito

45 Não é demais recordar que já R. Kühnl, em seu clássico *Liberalismo y fascismo*. Dos formas de dominio burgués, Barcelona: Fontanella, 1978 (1971), assinalava a centralidade da ideologia da comunidade no fascismo. Não faltam, no entanto, autores marxistas que tendem a ignorar este, precisamente o primeiro, dos seis motivos fundamentais da ideologia fascista apontados pelo historiador alemão.

46 Cf. para o caso da Espanha, PÉREZ GARZÓN, J. S. La revolución burguesa en España: los micios de un debate científico, 1966-1979. In: TUÑÓN, M. (Ed.). *Historiografía española contemporánea*, Madrid: Siglo XXI, 1980, p.91-138.

47 Cf., fundamentalmente, BLACKBOURN, D.; ELEY, G. *The Peculiarities of German History*. Bourgeois Society and Politics in Nineteenth-Century Germany. Oxford: Oxford University Press, 1984. Também ELEY, G. What produces fascism: pre-industrial traditions or A crisis of the capitalist state?. In: *From Unification to Nazism*. op. cit., p.254-82.

48 Cf. ROMANELLI, R. A propósito de la burguesía. El problema de la élite terrateniente en la Italia del Ochocientos, *Ayer*, 1991, n.2, p.29-48. Também PESCOLIDIO, Guido. Il periodo 1870-1915. In: *La Storiografia italiana degli ultimi vent'anni*. III. Età contemporanea, a cura di Luigi De Rosa, Bari: Laterza, 1989, p.35-193.

49 Para a recepção britânica das teses de Gramsci no terreno que nos ocupa, ver DAVIS, J. A. (Ed.). *Gramsci and Italy's Passive Revolution*, London: Croom Helm, 1979.

próxima, em seu sentido mais amplo, da questão axial da nacionalização das massas e de sua concretização na Itália e na Alemanha pós-unificação, na forma assinalada pelas distintas perspectivas apresentadas por Mosse ou Gentile e Colotti.⁵⁰

Em resumo, o ponto de observação se deslocava progressivamente do 48 ou 70 do século passado para a última década do mesmo e as primeiras do século XX, que é onde, por fim, começam a amadurecer alguns dos ingredientes da futura síntese fascista.⁵¹ Não quer dizer que desapareça o velho *entrelaçamento* que atava, indefectivelmente, os fascismos italiano e alemão às peripécias do século XIX, mas esta se convertia em um dos fios – e não o mais forte – entre os novos e vários que entrelaçariam o *connundrum* fascista.

O mais forte desses fios era aquele que se concretizava na presença totalizante do *Grande Capital*? De nenhuma maneira a historiografia recente tem se mostrado especialmente piedosa com esse velho e venerável mito. As investigações a respeito, de estudiosos como H. Turner para a Alemanha ou P. Melograni para a Itália, têm deixado poucas dúvidas acerca do caráter escassamente idílico das relações entre fascismo e grande capital, para recordar um título bem representativo.⁵² Naturalmente, todas essas contribuições têm sido submetidas à crítica. Mas não se deve esquecer que Gramsci já havia dito algo a respeito ou que já faz tempo que um historiador marxista, T. Mason, havia recordado, com sua ênfase no *primado da política*, que a autonomia do poder político nazista, com respeito às forças econômicas, era um elemento essencial para a própria caracterização do regime.⁵³

50 Ver notas n.35 e 36; COLLOTTI, E. Fascismo e nazionalsocialismo. In: *Fascismo e capitalismo, a cura di N. Tranfaglia*, Milano: Feltrinelli, 1976, p.137-58

51 Desse ponto de vista, são fundamentais, não obstante seus diferentes enfoques, os já aludidos trabalhos de Z. Sternhell *La droite révolutionnaire...* – e E. Gentile – *Il mito...* –; assim como o de ELEY, G. *Reshaping the German Right. Radical Nationalism and Political Change after Bismark*. New Haven: London: Yale University Press, 1980.

52 MELOGRANI, P. *Gli industriali i Mussolini*. Rapporti tra Confindustria e fascismo dal 1919 al 1929. Milano: Longanesi, 1972; TURNER, H. *German Big Business and the Rise of Hitler*. Oxford: Oxford University Press, 1985. GUERIN, D. *Fascismo y gran capital*. Madrid: Fundamentos, 1973 (1936).

53 Em 1924, Gramsci lamentava o erro do PCI ao ignorar a “*emergente opposizione della borghesia industriale*”: ver a introdução de P. Melograni à segunda edição do texto citado (1980), em que se informam, ademais, de indicações em sentido similar de P. Gobetti e C. Rosselli. MASON, T. The primacy of politics. In: *Nazism, Fascism and the Working Class*. Essays by Tim Mason. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p.53-76 (publicado originalmente em *Das Argument* em 1966). Ver também, nesta linha, mas a partir de uma perspectiva comparativa, MAIER, *In search of stability. Explorations in historical political economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

É verdade que, no plano da historiografia marxista, ao *passo adiante* de T. Mason seguiram-se os *dois passos para trás* de N. Poulantzas.⁵⁴ No entanto, duas coisas têm que ser ditas a respeito. Em primeiro lugar, que algumas das teses de Poulantzas têm sido reformuladas por D. Abraham, por exemplo, para enfatizar a responsabilidade dos meios económicos – e esse é um problema bem distinto daquele do financiamento e do apoio incondicional – na destruição da democracia e subsequente abertura das portas do poder ao partido nazista.⁵⁵ E, em segundo lugar, que também a historiografia de esquerda feita na Itália tende a libertar-se do *ídolo das origens*, isto é, do preconceito que fixava, de uma vez por todas, a identidade fascista no suposto vínculo orgânico entre fascismo e capitalismo.⁵⁶ Além disso, essa mesma historiografia tem sublinhado também com força o caráter independente, quando não de enfrentamento, entre os interesses do grande capital e do imperialismo fascista.⁵⁷

Poder-se-ia pensar que essa revisão da velha fixação marxista no fascismo-capitalismo, e da anterior, relativa às elites pré-capitalistas, deixaria o caminho livre para a reafirmação do postulado *totalitário*. Esse era, desde cedo, um dos caminhos possíveis.⁵⁸ Mas também havia outro que, longe dele, permitiria um questionamento decisivo das teses

54 Poulantzas, com efeito, reconhecia a “autonomia relativa” do partido e Estado fascistas, mas somente para restabelecer a dominação do capital monopolista. *Fascismo y dictadura*. La III Internacional frente al fascismo, México: Siglo XXI, 1971.

55 ABRAHAM, D. *The Collapse of the Weimar Republic*. Political Economy and Crisis. Princeton: Princeton University Press. Ver, no entanto, as observações de R. Evans em “El mito de la...”, op. cit.

56 Cf. LEGNANI, M. Sistema di potere fascista, blocco dominante, alleanze sociali. Contributo a una discussione. In: *Il regime fascista*. Storia e Storiografia, a cura di A. Del Boca, M. Legnani e M. G. Rossi. Bari: Laterza, 1995, p.414-45.

57 Ver, por exemplo, TRANFAGLIA, N. La modernizzazione contraddittoria negli anni della stabilizzazione del regime (1926-1936), e ROCHAT, G. Il fascismo e la preparazione militare al conflitto mondiale, ambos in: *Il regime fascista...*, op. cit., p.127-38 e 151-65, respectivamente. Tem sido, seguramente, Macgregor Knox quem, com mais clareza, tem formulado a tese da relação causal existente entre dinâmica de revolucionarização interna e política exterior agressiva tanto na Itália fascista como na Alemanha nazista; ver Conquest, foreign aid domestic in fascist italy and nazi germany, *Journal of Modern History*, n.56, 1987, p.1-57.

58 A centralidade da elite fascista com seu chefe à frente e a ideologia deste como núcleo central e chave explicativa poderiam sair, com efeito, indiretamente reforçadas. Ainda, a excepcional personalidade do Führer e a determinação com que perseguiu seus objetivos ideológicos poderiam constituir a essência da experiência nazista, até o ponto de determinar o caráter único do nazismo, isto é, de um totalitarismo que seria, por ele mesmo, inassimilável à categoria de fascismo. Tais são, em resumo, as teses do que se veio a chamar de interpretação *intencionalista*, defendidas, entre outros, por K. D. Bracher, D. Hildebrand e E. Jäckel. Ver, respectivamente, *Controversias de historia contemporánea sobre fascismo, totalitarismo y democracia*. Barcelona: Alta, 1983 (1976); *Il Terzo Reich*. Bari: Laterza, 1983 (1979); *Hitler idéologue*. Paris: Gallimard, 1995 (1973).

do totalitarismo. Porque, na verdade, ressituair o papel das classes dominantes e das elites tradicionais não podia supor sua desapareição, como num passe de mágica, do cenário da história. Sem o apoio, *velis nolis*, dos ditos setores, o fascismo não haveria chegado nunca – não chegou, pelo menos, nunca – ao poder em nenhum lugar. Ganhava força, assim, a noção de *compromisso autoritário* para precisar a idéia de algo que não era nem ditadura do grande capital nem o reino onimodo de uma nova elite totalitária.⁵⁹

Mas como funcionou tal compromisso? Como explicar a estrutura e a dinâmica das ditaduras fascistas? As respostas viriam do desenvolvimento de uma tese formulada décadas atrás por F. Neumann: a da existência de um *cartel* de poder na Alemanha nazista.⁶⁰ Conectando-se com essa percepção, tomaria corpo ao final dos anos 60 e princípios dos 70 o que viria a se chamar interpretação *estruturalista* ou *funcionalista*, em oposição à conhecida como *intencionalista*.⁶¹ Assim, M. Broszat, H. Mommsen ou P. Hüttenberger manifestaram o caráter policrático do regime nazista, caracterizado por uma multiplicidade de agências e portadores de poder em contínua rivalidade entre eles e sem um princípio melhor de funcionamento que o darwinista.⁶² O elemento dinâmico desse caos administrativo era o movimento nazista, em luta com seus aliados conservadores. Era nesse contexto que assumia todo o seu significado a figura de Hitler, uma vez que tudo isso se revolia numa fragmentação do Estado e num processo de radicalização acumulativa que conduziria, em última instância, à guerra, ao holocausto e à autodestruição.⁶³

59 BURRIN, P. Politique et société: les structures du pouvoir dans l'Italie fasciste et l'Allemagne nazil. *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*. v.3, p.615-37, 1988.

60 NEUMANN, F. *Behemot*. Struttura e pratica del nazional-socialismo. Milano: Feltrinelli, 1977 (1942).

61 HÜTTENBERGER, P. Policracia nacionalsocialista, *Ayer*, n.5, 1992, p.159-90 (1976).

62 Cf., KERSHAW, I. *The Nazi Dictatorship*. Problems and Perspectives of Interpretation. London: Edward Arnold, 1993, p.59-79. A apresentação clássica do debate é a de MASON, T. *Intention and explanation. A current controversy about the interpretation of national socialism*" (1981), agora in: *Nazism, Fascism...*, op. cit., p.212-30.

63 BROSZAT, M. *The Hitler State*. The foundation and development of the internal structure of the Third Reich, London: Longman, 1981 (1969); MOMMSEN, H. *Le national-socialisme et la société allemande*. Paris: 1997. É impossível dar conta, em algumas linhas, da complexidade da aproximação funcionalista, assim como dos problemas que dela emergem. Alguns deles são discutidos por I. Kershaw, quem, de uma perspectiva próxima à dos funcionalistas, enfatiza a centralidade de um quinto e cada vez mais poderoso portador de poder: Adolf Hitler. Cf., *El Estado nazi: ¿Un Estado excepcional?*, *Zona Abierta*, n.53, outubro-dezembro, 1989, p.119-48. Em um sentido similar, ainda que se referindo ao problema específico do Holocausto, BURRIN, P. *Hitler et les Juifs*. Genèse d'un génocide. Paris: Seuil, 1989.

Depois de tudo isso, o que ficava da teoria do totalitarismo? Somente uma coisa, a vontade totalitária do setor fascista e sua incapacidade para levar até o fim esses objetivos. De um lado, as distintas instâncias do partido lutavam incessantemente entre si e contra as outras elites do cartel e, por outro, o Estado se decompunha até se assemelhar a um anti-Estado. Vontade totalitária, pois, como busca contínua de um objetivo irrealizável.

Em uma palavra, o totalitarismo nazista se afastava do soviético, ou seja, do núcleo do modelo de totalitarismo. Aproximava-se, de outro lado, da experiência italiana? Não, seguia-se mantendo ainda a velha tese da total subordinação do partido fascista ao Estado italiano, da *liquidação política* do primeiro em benefício do segundo.⁶⁴ Mas essa tese é, precisamente, a que também está sendo radical e efetivamente questionada na Itália. Primeiramente, porque o Estado ao qual se subordinava o partido era um Estado-mito; no que ele tinha de realidade, estava sendo progressivamente fascistizado e dirigido pelo *duce* do fascismo. Em segundo lugar, porque o partido demonstrou uma grande capacidade para crescer e afirmar-se nas novas áreas de expansão do Estado, penetrando ao mesmo tempo nas velhas.⁶⁵ Terceiro, porque, subordinado ou não, o PNF ganhou, manteve e incrementou constantemente sua presença na sociedade italiana até converter-se no próprio centro da sua vida política.⁶⁶ Tudo isso respondendo, enfim, à vontade totalitária de um partido de novo tipo, o partido-milícia, que havia trabalhado nessa direção desde, praticamente, outubro de 1922.⁶⁷ Certamente, tampouco na Itália tal objetivo foi conseguido, ou o foi em menor grau ainda que na Alemanha. Mas era isso, precisamente, o totalitarismo fascista, um objetivo irrealizável, uma vez que deveria ser construído contra algumas elites que não queria eliminar como tais, que se *contentava* em apagar as distinções entre Estado e sociedade, em controlar as mentes de todos os cidadãos. Era nisso que pensavam os fascistas e os nazistas quando falavam – estes últimos um pouco menos – de tota-

64 Para uma completíssima visão de conjunto sobre a evolução das interpretações acerca da natureza do partido fascista e seu lugar no regime, ver GENTILE, E. *La via italiana al totalitarismo. Il partito e lo Stato nel regime fascista*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1995.

65 SALVATI, M. *Il regime e gli impiegati*. Bari: Laterza, 1993.

66 GENTILE, E. *La via...*, op.cit.; do mesmo, *Storia del Partito Fascista, 1919-1922. Movimento e milizia*. Bari: Laterza, 1989; POMBENI, P. *Demagogia e tirannida. Uno studio sulla forma-partito del fascismo*. Bologna: Il Mulino, 1984; do mesmo autor, *Il Partito Fascista...*, op. cit., p.203-19. Vale a pena notar o fato de que dois autores provenientes de tradições historiográficas bem diversas tenham chegado a conclusões similares, se bem que não idênticas.

67 GENTILE, E. *La via...*, especialmente p.116 e ss.

litarismo. E não em um modelo baseado no exemplo da URSS para ser aplicado à Alemanha nazista.⁶⁸

Chegando a este ponto, é hora de nos perguntarmos sobre *o que era* o tantas vezes mencionado setor fascista. *Quem eram os fascistas?* Defrontamo-nos aqui com outro mito venerável, o da pequena burguesia como constituinte essencial e quase único das massas fascistas. Ao fim e ao cabo, o terreno de consenso a respeito havia sido sempre muito amplo. Desde Salvatorelli e os marxistas que, a seu modo, sempre o assumiram, e, a partir deles, S. M. Lipset, com sua tese do extremismo de centro. De outro lado, além da inquestionável presença da pequena burguesia, caberia esperar, na pior das suposições, que a classe operária continuasse sendo tão livre e imaculada a respeito do contágio fascista como tantas vezes se havia dado por assumido. Ao fim e ao cabo, T. Mason, um dos mais inovadores marxistas, continuava incidindo com força no desenvolvimento, por outros meios, da luta de classes na Alemanha nazista.⁶⁹

Pois bem, nenhuma dessas suposições, dessas quase *últimas certezas*, iria acabar incólume ante o poderoso vento das novas investigações. Kater, Hamilton, Falter, Mühlberger, Childers e outros analisaram em profundidade a evolução sociológica do eleitorado e da militância nazista e chegaram a conclusões altamente *surpreendentes*: a pequena burguesia havia sido, certamente, um apoio substancial do nazismo, mas nem sempre na mesma medida, não toda igualmente, não somente, nem especialmente, a decadente ou em dificuldades e, sobretudo, não somente ela. *Para cima*, o nazismo havia conseguido uma notável apresentação – sobre-representação, poderia-se dizer – nas classes médias-altas; *para baixo*, alguns setores da classe operária, nada desprezíveis, trabalhadores qualificados e artesanais da pequena empresa, nas áreas não caracterizadas pela presença das grandes fortalezas industriais, haviam sucumbido, parcial ou momentaneamente, ao menos, à tentação nazista. O fortíssimo componente juvenil da militância nazista e a extrema volatilidade de ambos, militância e eleitorado, vinham completar

68 Não seria demais recordar que os fascistas italianos se definiam como totalitários, que os nazistas o faziam em menor medida e que os soviéticos em nenhuma. Como é notório, a teoria do totalitarismo *inverte por completo essa cadência*, com o que, no melhor dos casos, deveria ser óbvio que se referem a coisas distintas.

69 SALVATORELLI, L. *Nazionalfascismo*. Torino: Einaudi, 1977 (1923); LIPSET, S. M. *Political Man*, New York: Doubleday and Co., 1960; MASON, T. *La politica sociale del Terzo Reich*. Bari: Laterza, 1980.

o quadro.⁷⁰ Ainda que os estudos desenvolvidos na Itália não alcancem – entre outras coisas, pela escassez relativa dos dados disponíveis – o volume e a profundidade dos desenvolvidos na Alemanha, tudo parece indicar que os dados fundamentais tendem a coincidir mais do que a divergir.⁷¹

O questionamento do protagonismo quase único da pequena burguesia leva, igualmente, à queda de outro mito não menos venerável, o do caráter pré-moderno, antimoderno, ou simplesmente retrógrado, do fascismo, agora desde o ponto de vista de sua *base social*. De Felice já havia demonstrado a intenção de apreciar um certo caráter emergente e moderno na pequena burguesia italiana que apoiou o fascismo; mas, para o historiador italiano, essa era uma faceta específica do fascismo, que viria precisamente diferenciá-lo do nacional-socialismo, muito mais antimoderno e tradicional.⁷² Contudo, tampouco o nazismo parece reconhecer-se à luz das novas investigações sobre a imagem da pré-modernidade. De um lado, porque a presença, em si mesma, de classes média-médias, para não falar das média-altas, fortalece o argumento das baixa-decidentes; de outro lado, porque uma caracterização em tais termos do *Mittelstand* é, em si mesma, discutível;⁷³ finalmente, porque a defesa dos pequenos interesses próprios ante os grandes em uma economia de mercado não tem porque ser, necessariamente, pré ou anticapitalista.⁷⁴ Temor à competição, expectativas de ascensão e mobilidade social não são, ao fim e ao cabo, atitudes irreconciliáveis que possam funcionar, por isso mesmo, como discriminantes histó-

70 KATER, M. *The Nazi Party. A Social Profile of Members and Leaders 1919-1945*, Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1983; HAMILTON, R. F. *Who Voted for Hitler?* Princeton: Princeton University Press, 1982; MÜHLBERGER, D. Germany, In: *The Social Basis of European Fascist Movements*. Bechenham: Croom Helm, 1987, p.40-139; do mesmo autor, *Hitler's Followers: Studies in the Sociology of the Nazi Movement*. London: Routledge, 1991; FALTER, J. W. "The National Socialist mobilization of new voters". In: CHILDERS, T. (Ed.). *The Formation of the Nazi Constituency 1919-1933*. Totowa, NJ: Barnes and Noble Books, 1986, p.202-31; CHILDERS, T. *The Nazi Voter. The Social Foundations of Fascism in Germany, 1919-1933*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1983.

71 Cf. PETERSEN, J. Elettorato e base sociale del fascismo italiano negli ani venti, *Studi Storici*, n.3, 1975, p.627-69; GENTILE, E. *Storia del...*, op. cit.; REVELLI, M. Italy In: MÜHLBERGER, D. (Ed.) *The Social Basis...*, op. cit., p.1-39. É bom lembrar, em qualquer caso, a não desprezível super-representação, no fascismo, dos trabalhadores agrícolas, circunstância que tem de ser atribuída, em larga medida, aos efeitos da violência fascista, ainda que, evidentemente, não somente a isso.

72 Cf. *Entrevista sul fascismo*, op. cit.

73 Cf. BLACKBOURN, D. *The Mittelstand in German society and politics*, *Social History*, n.2, p.409-33, 1977.

74 Von SALDERN, A. The old *Mittelstand* 1890-1939: How 'backward' were the artisans? *Central European History*, 25-1, p.27-51, 1993.

ricos – modernidade *versus* pré-modernidade – ou nacionais – Itália *versus* Alemanha.

Mais preocupante poderia ser o fato de que toda essa nova onda historiográfica terminasse por dar a razão à pretensão fascista e nazista de haver se convertido em autênticos partidos nacionais, um verdadeiro *Volkspartei* no segundo caso. E, no entanto, não há nenhuma dúvida de que o foram, pelo menos, mais que nenhum outro partido. Os nazistas conseguiram transcender as linhas de ruptura sociais, religiosas e nacionais da sociedade alemã, e algo parecido poderia ser dito, ao menos parcialmente, dos fascistas. Nesse sentido, se poderia dizer que a velha afirmativa de Gramsci sobre o caráter de única classe territorialmente nacional da pequena burguesia poderia ser – para além da relativa fixação gramsciana no *il popolo delle scimmie* – fundamentalmente acertada.⁷⁵ Deve-se recordar, contudo, que alguns obstáculos se colocavam ante a mencionada pretensão: as grandes cidades resistiram em parte à avalanche fascista; o mesmo ocorreu com os operários dos grandes centros industriais e com uma tradição organizativa; até certo ponto, o eleitorado católico lhes foi relativamente esquivo; e na Itália, até 1922, pelo menos, o partido foi mais de centro-norte do que de sul.⁷⁶ Por outro lado, a pretensão nazista de haver se tornado um *Volkspartei* poderia se opor, com Childers, à imagem do *catch-all party*, o partido do protesto, tão capaz de recolher todos os descontentes como de constatar a volatilidade de seu eleitorado.⁷⁷

As coisas poderiam manter-se nesse nível, apenas relativamente tranqüilizador, se nos mantivéssemos na fase anterior à chegada ao poder. Mas é precisamente depois da chegada ao poder, o período com o qual a historiografia recente se enfrenta e que bem poderia ser considerado como o fim das percepções tranqüilizadoras.

A *Alltaagsgeschichte* e a queda do último baluarte

Para focalizar o alcance do problema, podemos dizer que o último T. Mason se viu obrigado a admitir que, seguramente, havia exagerado a capacidade de resistência da classe operária; que esta estava desmo-

⁷⁵ Ver *La crisi italiana* (1924) e *Il popolo delle scimmie* (1921), ambos agora in: *Sul fascismo, a cura di E. Santarelli*. Roma: Riuniti, 1973, p.247-61 e 96-9, respectivamente.

⁷⁶ Cf. De GRAND, A. J. *Fascist Italy and Nazi Germany*. The 'Fascist' Style of Rule. London: Routledge, 1995, p.26-27.

⁷⁷ The middle classes and national socialism. In: BLACKBOURN, D., EVANS, R. J. (Ed.) *The German Bourgeoisie*. London: Routledge, 1991, p.318-37.

realizada e decepcionada de suas organizações de classe; que os eventuais descontentamentos dos trabalhadores nem sempre supunham uma rejeição global do regime; que, em definitivo, tampouco a classe operária foi, depois da chegada de Hitler ao poder, imune por completo aos cantos da sereia do nacional-socialismo.⁷⁸

Chegando a este ponto, convém que nos detenhamos, ao menos um pouco, para observar quais são as fontes e as metodologias desta (última?) tarefa de demolição. Já que é precisamente disso que se trata: uma mudança radical no tipo de perguntas que se faz a historiografia, nas técnicas e nos métodos de investigação e, naturalmente, também nos resultados.

Por paradoxal que possa parecer, esse redimensionamento geral da situação e das atitudes da classe operária durante o nazismo têm vindo de setores historiográficos cujos objetivos iniciais eram, previsivelmente, contrários. Porque têm sido, com efeito, a *história social desde baixo* e a história da vida cotidiana – a *Alltaagsgeschichte* – as que têm vindo para desfechar o golpe do qual falamos.⁷⁹ Creio que ninguém melhor que Alf Lüdtke tenha precisado o alcance potencial, e radical, do novo enfoque. Um de seus supostos metodológicos mais transcendentem tem sido, felizmente, concretizado em sua peculiar aceitação do não menos feliz aforismo marxiano: “os homens fazem sua própria história, mas... em circunstâncias observadas, dadas e transmitidas”. Lüdtke, simplesmente, acrescenta: “*mas a fazem eles mesmos!*” Inverte-se, pois, o sentido da redação, para enfatizar que “cada homem e cada mulher têm ‘feito história’ diariamente”.⁸⁰ O quase intradutível conceito de *Eigensinn* aparece como essencial para definir esse fenômeno de reapropriação, pelos dominados, das próprias condições de sua dominação, para enfrentá-las nos termos ditados por seu próprio interesse e racionalidade.⁸¹

78 Ver The domestic dynamics of nazi conquests. A response to critics In: CHILDERS, T., CAPLAN, J. (Ed.). *Reevaluating the Third Reich*. New York: Holmes and Meier, 1993, p.161-89.

79 A bibliografia sobre a *Alltaagsgeschichte* é já abundante. A título introdutório, pode se ver LÜDTKE, A. *Histoire du quotidien*. Paris: Ed. De la Maison des sciences de l'homme, 1994 (1989); do mesmo autor, De los héroes de la resistencia a los coautores. *Alltaagsgeschichte en Alemania*. Ayer, n.19, 1995, p.49-69; ELEY, G. Labor history, social history, *Alltaagsgeschichte*: Experience, culture and the politics of the everyday – a new direction for German social history? *Journal of Modern History*, n.61, p.297-343, 1989.

80 De los héroes de la Resistencia..., op. cit., p.49-50.

81 Ver a referência de G. Eley, *Labor History*..., op. cit., p.323 – sobre o conceito de *Eigensinn*: “an almost untranslatable combination of self-reliance, self-will, and self-respect or the act of reappropriating alienated social relations, particularly at work but also at school, in the street, and in any other contexts externally determined by structures and processes beyond workers' own immediate control”.

Mais além, ou mais aquém, das reflexões metodológicas de Lüdtke, o que tem tudo isso a ver – para retomar o fio de nosso discurso – com o que apontávamos a respeito da classe operária sob o nazismo? No fundamental, maciços trabalhos de investigação, como os dirigidos por L. Niethammer sobre a zona do Rühr, o não menos ambicioso Bayern Project, dirigido por Broszat sobre a Baviera, ou os trabalhos de D. Peukert, ou o próprio Lüdtke, entre muitos outros, têm manifestado como as vivências da classe operária alemã durante o nazismo distavam bastante de responder ao velho quadro da resistência ou não-conformidade generalizadas dos trabalhadores alemães, incluídos os das grandes fábricas e áreas industriais.⁸²

Aprofundar-se no terreno das atitudes da classe operária e de sua *debilidade* ante o regime nazista supunha entrar também no terreno da modernidade, da nacionalização das massas e do papel da linguagem e dos símbolos. Modernidade, porque a racionalização do trabalho nas fábricas introduziu novos elementos de mobilidade social e perspectivas de melhora individual para os trabalhadores, como produziu, também, o pleno emprego,⁸³ modernidade pelas medidas encaminhadas para promover a higiene e a estética dos postos de trabalho; pela ampliação das férias pagas e pelas possibilidades – mais que realidades – do turismo de massa ao alcance da classe operária; modernidade pelo desenvolvimento de uma moral consumista e pelo desenvolvimento da *mídia*, como o rádio ou a incipiente televisão; e modernidade também, enfim, pelas ilusões e expectativas que despertou o chamado automóvel do povo, o famoso Volkswagen.⁸⁴

Não deveríamos estranhar que nesse contexto tiveram certa credibilidade as *ofertas simbólicas* das quais fala Lüdtke. A *nobreza do*

82 BROSZAT (Dir.) et. al. *Bayern in der NS-Zeit*, 6 v., München-Wien: Oldenbourg, 1977-1983; NIETHAMMER, L. (Dir.) *Lebensgeschichte und Sozialkultur im Ruhrgebiet 1930 bis 1960*, 3 v., Berlin-Bonn: J.H.W. Dietz, 1983-1985; PEUKERT, D. *Inside Nazi Germany*, London: Penguin, 1993 (1982); de A. Lüdtke, além dos já citados, entre outros. The "Honor of Labor": Industrial workers and the power of symbols under national socialism. In: CREW, D. F. (Ed.). *Nazism and German Society 1933-1945*. London: Routledge, 1994, p.67-109; Où est passée la braise ardente? Expériences ouvrières et fascisme allemand. In: *Histoire du quotidien...*, op. cit., p.209-66. Pode-se consultar também BESSEL, R. (Ed.). *Life in the Third Reich*. Oxford: Oxford University Press, 1987, com os artigos de D. Peukert, I. Kershaw e U. Herbert, entre outros.

83 PEUKERT, D. *Inside Nazi...*, op. cit., p.112-6; HERBERT, U. Good times bad times; Memories of the Third Reich. In: BESSEL, R. (Ed.). *Life in the...*, op. cit., p.97-110; FREI, N. *L'Etat hitlérien et la société allemande 1933-1945*. Paris: Seuil, 1994 (1987), p.137-9. Ver, igualmente, alguns dos trabalhos reproduzidos, assim como a excelente introdução, muito nca em referências, no volume de F. Crew, acima citado.

84 Ver uma excelente síntese de tais atrativos em N. FREI, op. cit., p.139-43.

trabalho ou a idéia do trabalho alemão como o *trabalho bem-feito* entravam dentro dessas ofertas simbólicas, as quais alguns trabalhadores, em parte desmoralizados e em parte individualmente motivados, podiam ser sensíveis.⁸⁵ Além disso, a classe operária não foi menos receptiva que outros setores da população alemã aos êxitos da política externa nazista, ao próprio mito da comunidade nacional, com sua forte carga simbólica igualitária, ou ao mito do Führer, o mais poderoso fator de legitimação, como sublinhou I. Kershaw.⁸⁶

O discurso relativo à classe operária é, com efeito, extrapolável a outros setores da sociedade alemã, em suas ofertas simbólicas como no terreno das expectativas de melhoria individual. Assim, o princípio da função, da efetividade, a atração pela moderna tecnologia, o próprio darwinismo social, tudo isso contribuiu poderosamente para que crescessem as oportunidades individuais, para os jovens em geral e, mais especificamente, para engenheiros e médicos, técnicos de todo tipo e *experts* na política de bem-estar social.⁸⁷

Poder-se-ia dizer, pois, com N. Frei, que de certo modo, mas somente em certo modo e somente em parte, verificou-se o objetivo nazista da "comunidade nacional".⁸⁸ Somente em parte, com efeito, porque se o regime conseguiu abrigar, segmentar, as distintas experiências e atitudes críticas individuais, bloqueando assim o eventual desenvolvimento de amplas correntes de oposição consciente, não conseguiu que aquelas desaparecessem, nem conseguiu, conseqüentemente, que o mito da comunidade nacional se sobrepusesse às contradições próprias da sociedade moderna.⁸⁹ Deriva daí que outras ofertas e atitudes, menos simbólicas, ainda que não menos modernas, viessem a completar o espectro da modernidade nazista: o terror desatado contra a oposição, a política racial e eugenésica, a guerra e a escravização de outros povos, o holocausto. Em suma, a inquestionável modernidade da política social nazista e a poderosa capacidade de atração do mito – parcialmente

85 Ver especialmente, LÜDTKE, A. The "Honour of Labor"..., op. cit.

86 *The "Hitler Myth". Image and Reality in the Third Reich.* Oxford: Oxford University Press, 1987.

87 PEUKERT, D. *Inside...*, op. cit., p.93 e ss.

88 FREI, N., op. cit., p.238. Vale a pena reproduzir o seguinte parágrafo do historiador alemão: "*Paysans, ouvriers, employés: des centaines de milliers d'hommes et de femmes éprouvèrent pour la première fois, à partir de 1933, le sentiment d'être politiquement pris au sérieux et compris. Quand, dans l'histoire de l'Allemagne, le peuple avait-il bénéficié d'une attention aussi tapageuse et aussi démonstrative? Quand l'Etat avait-il jamais donné une définition du champ d'intervention de la politique et par conséquent de sa responsabilité à l'égard des individus? Quand une telle pléthore de symboles d'identification avait-elle été offerte en même temps que d'aussi nombreuses occasions de participation?*" Ibidem, p.239.

89 PEUKERT, D. *Inside...*, op. cit., p.93 e ss.

realizado – da comunidade nacional contribuíram para a dissolução de identidades, como as de classe ou *status*, o que explica a amplitude dos apoios sociais do regime. Mas as duas caras da modernidade nazista – a social e a racial –, com sua nítida e terrível diferenciação entre *camaradas nacionais* e *os de fora* da comunidade, eram absolutamente indissociáveis. Separar ambas as caras, seja para privilegiar a *funcionalidade capitalista* do regime, seja para sublinhar unidimensionalmente a *modernidade social* nazista, suporia uma simplificação e descontextualização histórica da complexa realidade do nazismo.⁹⁰

Entretanto, a inequívoca consciência de tudo isso, somada ao que acabamos de contemplar, não faz senão escurecer mais o quadro. Porque, com efeito, os estudos da vida cotidiana revelam uma terrível complexidade de situações, atitudes e reações que, no melhor dos casos, afastam a idéia de uma nítida diferença entre *vítimas e perpetradores*, entre *resistentes e co-autores*, para parafrasear as epígrafes de A. von Saldern e A. Lüdtke.⁹¹ Não se nega, certamente, a existência de algumas dezenas de milhares de heróicos resistentes, nem a amplíssima variedade e difusão dos descontentamentos parciais. Mas, junto a isso, tem-se sublinhando que a Gestapo funcionou, tanto na repressão da oposição, como em relação à política racial e eugenésica, com a colaboração de amplos setores da população,⁹² que a perseguição dos judeus se baseou na “conformidade e apatia da vasta maioria da população” juntamente com o “consenso ativo” e a “cumplicidade ativa” de setores não desprezíveis dela;⁹³ ou que os operários alemães nas frentes do Leste foram bastante receptivos ao “*appeal of exterminating others*”.⁹⁴

Quer-se dizer, com tudo isso, que o povo alemão marchou como um só homem atrás da política criminosa de Hitler? Em absoluto. Sim-

90 Ver especialmente, FREL, N. *Wie modern war der Nationalsozialismus? Geschichte und Gesellschaft*, v.19, 1993, p.367-87. Também PEUKERT, D. *Inside...*, op. cit., p.209; HERBERT, U. *Arbeiterschaft im "Dritten Reich". Zwischenbilanz und offene Fragen*, *Geschichte und Gesellschaft*, v.15, 1989, p.334.

91 Von SALTERN, A. *Victims or perpetrators? Controversies about the role of women in the nazi state*. In: CREW, D. F. (Ed.). *Nazism and...*, op. cit., p.141-65; LÜDTKE, A. *De los héroes de la resistencia a los coautores...*, op. cit.

92 MALLMANN, K. M., GERHARD, P. *Herrschaft und Alltag. Ein Industrieviertel im Dritten Reich*. Bonn: J. H. W. Dietz, 1991; GELLATELY, R. *The Gestapo and German Society. Enforcing Racial Policy 1933-1945*, Oxford: Clarendon Press, 1990.

93 KERSHAW, I. *Popular Opinion and Political Dissent in the Third Reich: Bavaria 1933-1945*. Oxford: Oxford University Press, 1983.

94 LÜDTKE, A. *The appeal of exterminating "others": German workers and the limits of resistance*. In: GEYER, M., BOYER, J. W. (Ed.). *Resistance against the Third Reich 1933-1990*. Chicago: University of Chicago Press, 1992. p.53-74.

plesmente que, como assinalou D. Peukert, as atitudes de não-conformidade tiveram lugar "against the background of the majority's passivity, conformity, or even, enthusiastic support".⁹⁵ Para dizer de outro modo: que as atitudes de dissenso ou não-conformidade aparecem muitas vezes mescladas com as de conformidade, complacência e colaboração. Tão mescladas que não são reconhecidas como fatores de classe, religião ou gênero. Mescladas demais para serem experimentadas por uma mesma pessoa. No final, deram-se tanto atitudes de colaboração parcial em indivíduos hostis ao poder nazista como atitudes parcialmente resistentes ou de não-colaboração em indivíduos que simpatizavam com os aspectos fundamentais do nazismo.⁹⁶ Em definitivo, uma imagem muito afastada do branco e negro, e absolutamente dominada pelos tons cinza.

Por mais que não lhe prestemos aqui uma atenção específica, depreende-se claramente do que foi dito que muitos dos problemas considerados aparecem estreitamente ligados às questões racial e eugenésica, ou seja, com o modo com o qual os alemães se relacionaram com outros povos, com a imagem de não-humanidade de muitos de seus inimigos internos e externos. Um problema que, se por um lado remete à existência de mecanismos de identificação com a própria comunidade racial, a partir de uma perspectiva especificadamente historiográfica aponta para a centralidade da problemática racial e eugenésica e, conseqüentemente, para a potencial emergência de um novo paradigma, o *biopolítico*.⁹⁷

E é aqui, precisamente, que encontramos outra *volta do parafuso*, no desmantelamento dos velhos paradigmas. Agora o da não-modernidade-modernização. D. Blackbourn e G. Eley, entre outros, haviam nos acostumado a duvidar da famosa teoria do *sonderweg*.⁹⁸ No entanto, suas conclusões não iam tão longe, necessariamente, pelo menos, como as de D. Peukert, que nos apresenta uma Alemanha guilhermina plenamente inscrita na modernidade, uma Alemanha pós-guilhermina submetida a uma profunda crise e às contradições próprias de uma moderna sociedade industrial e a um regime nazista que supunha uma resposta tão moderna como aberrante a ditas contradições. A um só tempo, sin-

95 Citado em GELLATELY, R. *The Gestapo...*, op. cit., p.9

96 PEUKERT, D. *Inside...*, op. cit., p.245-6; KERSHAW, I. *Popular Opinion...*, op. cit., p.374-5; KONZ, C. Ethical dilemmas and nazi eugenics: Single-issue dissent in Religion Contexts. In: GEYER, M. BOYER, J. W. *Resistance against...*, op. cit., p.15-38.

97 Ver algumas reflexões a respeito de T. Mason no artigo publicado neste volume, assim como as considerações de J. Caplan na introdução a *Nazism, Fascism and the Working...*, op. cit., p.27.

98 Ver mais acima, p.9.

toma e solução da crise, o nazismo havia sido, em definitivo, uma das possíveis concretizações das "patologias e fraturas sísmicas do moderno processo de civilização".⁹⁹

Não pretendia Peukert, certamente, negar os elementos reacionários da ideologia nazista, mas sim que estes fossem os únicos. Longe disso, muitas das fontes de dita ideologia seriam plenamente contemporâneas e, sobretudo, uma vez no poder, os nazistas haviam mostrado uma grande capacidade para absorver e adaptar-se às tecnologias e tendências da modernidade.¹⁰⁰ Desse ponto de vista, os elementos de modernidade da política racial e global nazista se multiplicam: a radicalização até a brutalidade mais extrema dos mais modernos esquemas da política social, muitos deles defendidos anteriormente a partir de posições inclusive progressistas; a capacidade para combinar o terror com a fragmentação social que a própria racionalização econômica impunha; o desenvolvimento dos mecanismos de integração individual e o refúgio no privado – consumo e *mídia* – e outros elementos cujos frutos contribuiriam para explicar algo do posterior *milagre econômico* alemão.¹⁰¹

Recomposição do quebra-cabeça

Aparentemente, muitas das conquistas da recente historiografia alemã, por mais que provenientes de uma linha genericamente de esquerda, poderiam vir a reforçar algumas das teses fundamentais da direita historiográfica. Em especial, duas delas. A primeira, a relativa à suposta excepcionalidade negativa da história alemã do século XIX. Como foi visto, é verdade que a crítica da teoria do *sonderweg* tem sido feita pela esquerda, e com ela estariam conectadas, no fundamental, as teses de Peukert. Mas ninguém ignora, tampouco, que os supostos básicos de dita teoria nunca foram aceitos pela historiografia rankiana e neoconservadora. Na própria *querela dos historiadores alemães* este constitui, como se recordava previamente, um ponto central. Não é causalidade, portanto, que entre os participantes do lado, digamos, *conservador*, figurem autores como H. Schulze ou T. Nipperdey que a

99 PEUKERT, D. *Inside...*, op. cit., p.42 e 248.

100 *Ibidem*, p. 38, 245 e 248.

101 *Ibidem*, p.248-9.

partir de suas próprias perspectivas têm contribuído para a *normalização* historiográfica da *via alemã*.¹⁰²

A segunda tese fundamental se refere ao caráter único do nazismo, desde o ponto de vista de sua política racial e anti-semita, de *Auschwitz*, para nos fazer entender. Como é sabido, alguns setores historiográficos, entre os quais emerge claramente a figura de K. D. Bracher, têm feito do anti-semitismo nazista o grande discriminante que impede, sob pena de trivializar a magnitude do *holocausto*, o enquadramento das experiências italiana e alemã nos marcos de um mesmo conceito ou modelo genérico.¹⁰³ Outra vez na *Historikerstreit*, e pelas mãos de Nolte, Stürmer ou Hillgruber, a *unicidade* nazista, em relação à Itália, sairia – por ausência – reforçada; e, da mesma forma, desvanecida em relação à experiência soviética. Em um sentido muito mais amplo, poder-se-ia dizer, inclusive, que o que vinha a reforçar-se com tudo isso era a velha tese do totalitarismo em sua dimensão quase exclusivamente nazi-soviética. Também a partir desse ponto de vista, a *Alltaagsgeschichte*, ao centrar-se, em grande medida, na política racial e eugenésica, *poderia* estar reforçando as velhas teses conservadoras.

Nada mais longe da realidade. Em primeiro lugar, porque quaisquer que sejam os pontos débeis da história da vida cotidiana, seus historiadores não negam (ou não necessariamente) que suas contribuições podem ingressar em marcos explicativos mais amplos.¹⁰⁴ Mas, sobretudo, porque o que faz a *Alltaagsgeschichte* é manifestar, nitidamente, a partir da *esquerda*, as tradicionais limitações, insuficiências e obsessões da historiografia, liberal-radical ou até mesmo marxista sobre o fascismo. Porque, com efeito, é um fato que a *esquerda* historiográfica, como a esquerda em geral, está em crise e na defensiva; e que, ademais, tem ido, em grande medida e quase sempre, a reboque dos acontecimentos e das investigações. Tal fato aconteceu – com exceções significativas, mas de toda forma exceções –, com o mito das revoluções burguesas fracassadas, com a fixação em relação ao *grande capital*, com as preven-

102 Cf., especialmente, SCHULZE, H. *The Course of German Nationalism: From Frederick the Great to Bismarck 1763-1867*, Cambridge: Cambridge University Press, 1991; NIPPERDEY, T. *Réflexions sur l'histoire allemande*. Paris: Gallimard, 1992.

103 Ver BRACHER, K. D. *Controversias...*, op. cit.

104 LÜDTKE, A. Introduction. Qu'est-ce que l'histoire du quotidien, et qui la pratique. In: *Histoire du quotidien...*, op. cit., em que se discutem algumas das críticas recebidas pela *Alltaagsgeschichte* desde a ciência social histórica. Também, p.3, a referência explícita ao modo como a história da vida cotidiana tem contribuído decisivamente para a refutação de algumas teses dos neoconservadores alemães.

ções a respeito da (pior ou melhor formulada) problemática do consenso, e assim sucessivamente. Mais do que isso, muitas vezes tem assumido os resultados das novas investigações tardiamente e *contra a vontade*, entregando-se em ocasiões a um jogo de formulações e reformulações que tende mais a confundir que a esclarecer.

Nesse sentido, assume uma importância determinante o velho e inesgotável tema da *continuidade* entre a Itália liberal e o regime fascista. Sublinhar, com efeito, as continuidades entre uma e outra tinha a vantagem de enfatizar os aspectos mais reacionários, menos rupturistas e mais vinculados às classes dominantes da Itália fascista. Mas tinha o inconveniente de que, ao rebaixar os conteúdos radicalmente novos, modernos e, a seu modo, revolucionários do fascismo, o afastava da muito mais radical experiência nazista. Advém daí a tendência à configuração de um modelo de fascismo genérico que tendia, invariavelmente, a aproximar a experiência italiana a outras, nas quais o peso do conservador, tradicional e autoritário era claramente predominante.¹⁰⁵

Do mesmo modo, sublinhando o peso do passado e das classes dominantes tradicionais na Alemanha, difundiam-se os elementos do presente e do próprio movimento, pelo que o radicalismo da experiência nazista e, muito especialmente, sua política racial, acabavam inerentemente relegados à condição de epifenômenos. O racismo e o anti-semitismo, a barbárie nazista, em suma, acabavam como terreno de trabalho e análise para aqueles que, por isso mesmo, negavam a validade do *grande paradigma* do fascismo. Em outro campo, a ausência de um nexos necessário entre, digamos, o antigo regime e Auschwitz, conduzia ao paradoxo do encastelamento no habermasiano *patriotismo constitucional* – tão rico de conteúdo ético-político como historiograficamente pobre – e a reafirmação, ante a URSS, da experiência nazista. O problema apoiava-se, então, como bem apontava T. Mason, no fato de que a força para negar Pol Pot terminava por fazer esquecer Mussolini.¹⁰⁶

Não creio que exista nada no pensamento da esquerda que conduza, necessariamente, a esse beco sem saída. O mérito da nova, e não tão nova, historiografia alemã provém precisamente daí. Ao *haver posto a história sob seus pés*, para o dizer de um modo tão breve como brusco.

105 Um exemplo recente desse tipo de formulação é oferecido por N. Tranfaglia, que consegue sublinhar em uma página a centralidade das classes médias no fascismo, e explica, na seguinte, como a insuficiente presença dessas novas classes médias nos economicamente atrasados Espanha e Portugal conduziu o julgamento pelos militares da referida centralidade. Cf. *La prima guerra mondiale e il fascismo*. Milano: UTET, 1995, p.660-1.

106 Què se n'hà fet del "feixisme"? *Afers*. v.25, p.475-84, 1996.

Ao proclamar sem rodeios a modernidade da sociedade alemã e do próprio nazismo; ao recordar a centralidade do sujeito, fascista ou não; ao se aprofundar na rede estrutural e na dinâmica do regime; ao fazer tudo isso, podemos dizer que o quadro pode começar a se recompor sem os velhos *grasnid*os de antes.

Já não é necessário negar a *historização* da experiência nazista, nem deixar no abstrato-absoluto, quase privado de corpo e alma, o patriotismo constitucional.¹⁰⁷ Já não é necessário negar os elementos de continuidade entre a Alemanha guilhermina e a nazista; basta situá-los onde sempre estiveram: na complexíssima relação entre as classes subordinadas, um setor específico delas – o operário – e as classes dominantes; assim como na não menos complexa problemática da nacionalização das massas. Pela mesma razão, não se deve renunciar, muito pelo contrário, à centralidade das noções de *compromisso autoritário*, ainda que não seja, tampouco, necessário remeter outra vez a um passado pré-burguês a incapacidade das forças conservadoras de superar suas concepções autoritárias.¹⁰⁸

Trata-se somente de reconhecer a especificidade, a identidade, do componente fascista dentro desse compromisso autoritário. De apreciar a vontade desse *sujeito* fascista de o transcender até objetivos claramente totalitários. De observar o modo como a conjunção entre a natureza do compromisso e o objetivo fascista resultou num processo de desestruturação do Estado e radicalização acumulativa que ia precisamente na

107 O da *historização* é outro dos grandes debates da historiografia alemã, profundamente relacionado, por outro lado, com o próprio núcleo da historiografia sobre a vida cotidiana. A necessidade de *historização* da era nacional-socialista foi reclamada em 1985 por M. Broszat, e ele deu lugar a uma série de críticas àqueles que consideravam que ele podia conduzir uma sorte de normalização-trivialização do nazismo. Certamente, o conceito não era, por sua ambigüidade, muito afortunado e era suscetível de ser utilizado nos termos indicados por seus críticos. Nada mais longe, no entanto, da intenção de Broszat, que integrava essa apelação na linha do *Bayern Project* e do que aqui se tem dito acerca da *Altaagsgeschichte*. A *historização* de Broszat, com efeito, não partia de uma vontade historicista de diluir a experiência nazista entre as outras, mais felizes, eras da história alemã, senão da necessidade de reconhecer toda a sua importância, integrando-a ao mesmo tempo na perspectiva das grandes linhas de evolução da sociedade moderna; não supunha uma normalização valorativa da Alemanha nazista, senão da metodologia para seu estudo; não supunha um abandono da sensibilidade moral, e sim o reconhecimento de que tal sensibilidade encontra fundamentos mais sólidos e duradouros quando se aprofunda no estudo dos fenômenos do que quando se remete à moralidade falsa e própria – e, no fundo, tranquilizadora – das grandes teorias. Não supunha, enfim, a aceitação da necessidade pedagógica de uma história nacional apresentável, e sim o contrário: a necessidade de uma consciência histórica crítica. Ver as referências ao debate sobre a “*historização*” no artigo de G. Eley em KERSHAW, I. *The Nazi Dictatorship*. op. cit., p.180-96.

108 BOURRIN, P. *Politique et société...*, op. cit.

direção do segundo. Ou, o que dá no mesmo, de constatar que a ideologia fascista e a estrutura do regime se entrelaçavam de tal modo que se avançava sempre na direção da primeira, mas sem nunca poder ultrapassar, absolutamente, os freios impostos pelo compromisso. De recordar, enfim, que o que os fascistas tinham de reacionários – no sentido literal de reagir – não os fazia mais pré-modernos; que, longe disso, souberam adaptar-se aos problemas da modernidade. Nem modernizadores, nem antimodernizadores, deram respostas modernas aos problemas da modernidade: problemas de política de bem-estar social, organização do tempo livre, organização da economia nacional, difusão da *mídia*, consumo de massas ou política racial. Em alguns casos conectaram-se com tendências da modernidade que lhes precederam e sobreviveram; em outros, como o último dos citados, simplesmente desenvolveram a mais brutal, bárbara e perversa das possibilidades contidas na modernidade.

Contrariamente ao que se poderia pensar, a historiografia mais recente não caminha (não necessariamente) na direção de negar a existência de um fascismo genérico, nem de questionar *todos* os elementos fortes de *todos* os grandes paradigmas. Demonstra-o, entre outras coisas, a evolução mais recente da historiografia italiana, a qual devolve, enfatizando-o, o papel autônomo, poderoso e *cancerígeno* do partido fascista italiano; assim como sua capacidade para orquestrar o culto ao Duce e à *religião da pátria*, para impulsionar a nacionalização das massas, para beneficiar-se de todas essas contribuições ao regime, para controlar a educação popular e a socialização da juventude, para assumir a tarefa da formação de uma nova elite dirigente.¹⁰⁹ E junto ao partido, outras organizações, como o *Dopolavoro*¹¹⁰ ou, muito especialmente, o sindicato fascista, cuja autonomia e capacidade para ligar-se aos problemas que a nova sociedade industrial colocava ao sindicato têm sido recentemente sublinhadas por A. Pepe.¹¹¹

Certamente, o panorama aqui traçado não é – nem pretende ser – completo. Por outro lado, as distintas historiografias não procedem sempre seguindo o mesmo *compasso*.¹¹² Enfim, existem problemas e

109 GENTILE, E. *Il culto del littorio*.... op. cit.

110 DI GRAZIA, V. *The Culture of Consent. Mass Organization of Leisure in Fascist Italy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

111 PEPE, A. *Il sindacato fascista*.... op. cit., p.220-43.

112 Isso é particularmente relevante em relação à história da vida cotidiana e à história social feita sobre as classes populares na Itália, onde se tem seguido pautas metodológicas e temáticas mais próximas à historiografia britânica que à alemã. Não se pretende ignorar, por outro lado, a existência de relevantes diferenças históricas entre a Itália e a Alemanha em relação, por exemplo,

diferenças nacionais que requerem explicações específicas. Os níveis de êxito e fracasso das distintas experiências não foram, sempre, os mesmos e não há, em suma, um Auschwitz italiano.¹¹³ Mas o que se pretendia entender aqui é por que o holocausto somente foi possível *no* e *a partir* do fascismo. Não há nisso nenhuma trivialização da barbárie nazista: ninguém nega sua especificidade. Enfatiza-se apenas que, tampouco, esta deve ser utilizada para trivializar o fenômeno que, ao menos potencialmente, a continha.

Se o olhar em relação ao passado busca afastar os perigos que o futuro pode oferecer, os caminhos aplainados pela historiografia recente não são, em absoluto, tranquilizadores. A especificidade do fascismo apoiou-se em sua capacidade para envolver-se, no positivo e no negativo, com amplíssimos setores da população. Alguns desses setores são, social e politicamente, claramente reconhecíveis, mas outros, mais amplos, estavam constituídos – não nos esqueçamos – por homens e mulheres que também faziam sua história, tinham seus próprios interesses e sua própria racionalidade. Muitos dos elementos *históricos* que propiciaram o surgimento do fascismo têm desaparecido e são irrepetíveis. O fascismo, possivelmente, também. Mas a modernidade, para dizer à maneira de Peukert, “*is not a one-way trip to freedom*”.¹¹⁴ Seguramente, têm-nos reservadas novas manifestações patológicas. Cair nelas não é inevitável; mas, como o fascismo nos ensinou, ninguém é, por natureza, absolutamente imune a elas.

a ampla gama de atitudes individuais ante o regime. Mas há também diferenças historiográficas e não é, imediatamente, a menor que a diferença do que acontece na Alemanha; na Itália está profundamente arraigada uma dicotomia historiográfica entre aqueles que tendem a enfatizar os elementos de consenso (De Felice) e aqueles, pelo contrário, que enfatizam ou centram sua atenção nas atitudes resistenciais das classes populares. O risco assenta-se, está claro, no fato de que os estudos isolam ambas as perspectivas, deixando em um segundo plano a dinâmica da inter-relação entre regime e sociedade, entendida em seu mais amplo sentido. Tudo isso não quer dizer, enfim, que não se estão produzindo, ultimamente, estudos de grande relevância a partir da perspectiva que aqui se sublinha. Ver, por exemplo, PASSERINI, L. *Torino operaria durante il fascismo*. Una storia orale; Bari: Laterza, 1984; sobre a especificidade da história da vida cotidiana na Itália e as distintas trajetórias historiográficas, ver RIDOLFI, M. Lugares y formas de la vida cotidiana en la historiografia italiana, *Ayer*, n.19, 1995, p.71-100; e NATOLI, C. Resistenza tedesca e antifascismo italiano: due linee di ricerca a confronto. In: *Stato e Società durante il Terzo Reich*. A cura di Claudio Natoli. Milano: Franco Angeli, 1993, p.94-124.

113 Tais diferenças têm sido apresentadas de um modo equilibrado por W. Shieder, que, por outro lado, não tem deixado de assinalar a similaridade de fundo nas distintas fases dos dois fascismos: iniciando, com força, ao mesmo tempo, no complexo jogo de inter-relações e emulações entre ambos. Cf. *La Germania di Hitler e l'Italia di Mussolini. Il problema dei regimi fascisti. Passato e presente*, n.9, p.39-65, 1985; do mesmo autor *Fascismo e nazionalsocialismo nei primi anni Trenta*. In: *Il regime fascista...*, op. cit., p.45-56.

114 *Inside...*, op. cit., p.249.